



INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

**Estratégias pedagógicas para
favorecer a comunicação e
aprendizagem**



Autores

Silvano Messias dos Santos

Sônia Marta de Oliveira



As instituições de ensino superior nos últimos anos, dentre elas a UFOB, vêm recebendo anualmente cada vez mais estudantes surdos ou com deficiência auditiva em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Esses estudantes, do ingresso à diplomação, **enfrentam muitos desafios** em seus percursos acadêmico-formativos, com possíveis repercussões adversas nas aprendizagens e permanência bem-sucedida na Universidade.



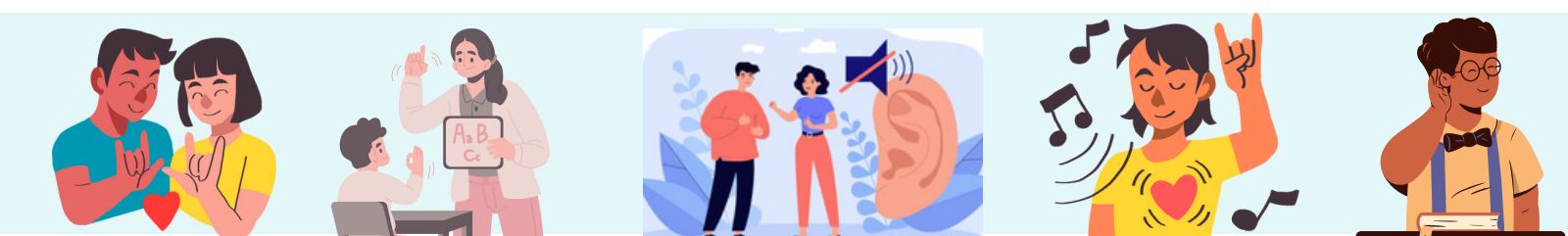
Dentre os entraves enfrentados, aqueles relacionados às **metodologias e estratégias de ensino** têm sido recorrentemente sinalizados pelos professores e estudantes com deficiência como um dos grandes desafios.



Quando estudantes surdos ou com deficiência auditiva ingressam na Universidade podem surgir **inseguranças e dúvidas** entre os docentes no tocante à **comunicação e acessibilidade de suas aulas**, por exemplo.



Diante desse cenário, visando contribuir com o processo de inclusão dos estudantes com deficiência, este material reúne algumas sugestões, orientações e estratégias pedagógicas direcionadas especialmente aos docentes que atuam com estudantes surdos ou com deficiência auditiva nos cursos de graduação e pós-graduação da UFOB.



SURDEZ OU DEFICIÊNCIA AUDITIVA?

Segundo o Decreto nº 5.626/2005, Art. 2º, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Parágrafo único: “**Considera-se deficiência auditiva** a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

Do ponto de vista clínico:

I) surdez refere-se à *perda auditiva severa e profunda*, sendo considerada surda a pessoa que não ouve qualquer som e, portanto, não apresenta resposta a sons;

II) deficiência auditiva, por sua vez, corresponde à *perda auditiva leve ou moderada*, em determinados casos tratável, sendo considerada deficiente auditiva a pessoa que apresenta respostas auditivas (REDONDO; CARVALHO, 2000; SILVA, 2022).

Os autores pontuam que, para além da perspectiva médico-clínica, **é importante considerar outros aspectos, como a dimensão sociocultural e linguística da surdez** (ALPENDRE, 2008). E aí entra em cena, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida no Brasil pela Lei 10.436/2002, considerada a primeira língua da comunidade surda (sua língua materna). Os deficientes auditivos, por sua vez, geralmente não se identificam com a cultura e comunidade surda, e buscam se aproximar do “mundo dos ouvintes”, beneficiando-se de implante coclear e de Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, dentre outros recursos, como legendas e a própria Leitura Orofacial, por exemplo (SILVA; BREITENBACH, 2022).

“SUGESTÕES PEDAGÓGICAS” PARA OS PROFESSORES: COMO FAVORECER A COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA?

1

Observe a localização do estudante surdo ou com deficiência auditiva na sala de aula e cuide-se para, de forma natural, **se posicionar de frente para ele**: essa postura lhe possibilita fazer a leitura orofacial e aproveitar as “pistas visuais”.

Ainda que haja intérpretes de Libras, não esquecer de **se comunicar diretamente com o estudante** surdo ou com deficiência auditiva, mantendo **contato visual** e evitando ficar de costas enquanto fala.

2

3

Evite falar e escrever no quadro simultaneamente, pois é muito importante não ficar de costas ou de lado para o estudante enquanto se comunica verbalmente; talqualmente, **evite caminhar na sala enquanto explica conteúdos**, por exemplo, e permaneça, preferencialmente, próximo ao estudante com deficiência auditiva, certificando-se de que ele consegue visualizar seu rosto.

Para que o estudante visualize a articulação das palavras, recomenda-se que os professores **evitem obstruir a área ao redor da boca enquanto fala** (com a mão, microfone, dentre outros).

4

5

Evite falar rápido e busque **articular bem as palavras**.

Importante as aulas acontecerem em **ambientes tranquilos e com baixo ruído**, pois o barulho ou interferência de outras vozes podem comprometer a compressão da fala do professor ou dos colegas pelo estudante com deficiência auditiva e do intérprete de Libras.

6

7

Fale com naturalidade e clareza, sem exagerar na gesticulação e tom de voz. Durante a explicação dos conteúdos, sugere-se ao professor **fazer pequenas pausas** para possibilitar que o estudante faça registros (fazer anotações enquanto o docente fala compromete a leitura orofacial).

Permitir que o estudante surdo ou com deficiência auditiva **sente-se em locais estratégicos na sala de aula**, como próximo ao quadro ou do professor, por exemplo, de acordo com sua preferência.

8

9

Se a **iluminação da sala de aula** não estiver adequada, a leitura orofacial e a compreensão da interpretação podem ser prejudicadas. Por isso, considera-se importante que professores ou colegas, quando expressarem verbalmente, estejam devidamente iluminados.

Professor, procure **não se posicionar em frente a janelas (ou outras fontes de luz) enquanto fala**, pois o reflexo pode obstruir a visão e dificultar a leitura orofacial.

10

11

Nas interações com o estudante, assim como em enunciados de atividades ou demais orientações, por exemplo, **utilizar linguagem acessível e objetiva**, fornecendo orientações claras e diretas (vale ressaltar que **informações importantes devem ser comunicadas também por meio da escrita**).

Para garantir que todos compreenderam o que foi dito verbalmente, sugere-se **escrever datas e informações importantes**, por exemplo, na lousa.

12

13

Durante as discussões em grupo, por exemplo, é importante **identificar quem está falando** e orientar os estudantes para que **não falem simultaneamente**. Se necessário, repetir os comentários feitos, para garantir que o estudante surdo ou com deficiência auditiva tenha compreendido.

14

Uma estratégia interessante é, sempre que possível, **organizar a sala de aula em semicírculo**, pois favorece a visualização de todos e auxilia o estudante surdo ou com deficiência auditiva a identificar as pessoas que estão falando.

COMO PLANEJAR AS AULAS E ORGANIZAR OS MATERIAIS E RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS?

15

Sempre que possível, **compartilhe com o estudante surdo ou com deficiência auditiva os materiais que serão utilizados nas aulas** (apontamentos da disciplina, textos, vídeos, Power Point, lista de terminologias, etc.), *para que possam interagir previamente com os recursos e conteúdos*, o que poderá auxiliar em relação ao acompanhamento e compreensão da aula.

Sempre que possível, **compartilhe com o estudante surdo ou com deficiência auditiva os materiais utilizados nas aulas** (apontamentos da disciplina, textos, vídeos, Power Point, lista de terminologias, etc.), *para que possam revisar os conteúdos* (a atenção dividida entre fazer anotações e “ouvir” a explanação dos conteúdos pode afetar a compreensão; portanto, quando o estudante sabe que receberá o material da aula, poderá prestar mais atenção à aula).

16

17

Sempre que possível, **compartilhe com o intérprete de Libras os materiais que serão utilizados nas aulas** (apontamentos da disciplina, textos, vídeos, Power Point, lista de terminologias, etc.), pois auxilia o profissional quanto à preparação da interpretação (principalmente em disciplinas com termos específicos, fórmulas, etc.).

18

Utilize nas aulas recursos visuais variados –

como gráficos, mapas, esquemas, imagens, diagramas, vídeos, dentre outros possíveis –, pois podem tornar a mensagem mais acessível para o estudante e fortalecer a compreensão dos conteúdos, haja vista que partes da explicação oral do professor podem não ser compreendidas e os recursos visuais servem como possíveis potencializadores para o entendimento de excertos perdidos na comunicação.

No início de cada aula, disponibilize no quadro ou noutro recurso, como Power Point, por exemplo, um **esboço dos conteúdos que serão abordados na aula**, pois auxilia o estudante em relação à estruturação da aula, compreensão da sequência didática e visão geral dos tópicos que serão abordados, ajudando-o também a se “preparar mentalmente” para o que virá e se conectar com aprendizagens previamente construídas.

19

20

Ao indicar ou utilizar em sala de aula vídeos/filmes/documentários, recomenda-se que sejam **legendados**.

Evite, quando possível, textos muito longos em aulas com tempo limitado,

pois estudantes com deficiência podem apresentar singulares dificuldades (outra estratégia para trabalhar com textos longos, por exemplo, é possibilitar que o estudo dos mesmos seja fragmentado durante as aulas).

21

22

Alguns **aplicativos podem ser muito úteis** aos professores, como Google Tradutor, Google Transcriber, Skype Translator, Tradutor 10 Beta, iTranslator Voice, dentre outros, que oferecem a possibilidade de tradução de voz e produção de legendas (alguns em tempo real da fala).



Consentir que o estudante utilize recursos

tecnológicos, como receptor e transmissor auditivo, gravador, notebook, sistema FM, dentre outros, para registrar as aulas e acessá-las quando necessário (há ferramentas tecnológicas que possibilitam realizar a transcrição das aulas gravadas e isso pode ser muito útil para estudantes com deficiência auditiva).

“SUGESTÕES PEDAGÓGICAS” PARA PROFESSORES: AFINAL, COMO AVALIAR?

Segundo o Art. 27 do Decreto 3.298/1999: “As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência”.

A esse respeito, o Art. 30 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas, dentre outras medidas:

- a) disponibilização de provas em formatos acessíveis** para atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência;
- b) dilação de tempo, conforme demanda apresentada pela pessoa com deficiência**, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas;
- c) adoção de critérios de avaliação** das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Neste sentido, algumas “sugestões pedagógicas” para os professores:

24

Informar as datas e tipos de avaliações com antecedência, para possibilitar que os estudantes se organizem previamente.

Se necessário, **adaptar/flexibilizar o tempo das avaliações**, oferecendo aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva tempo adicional para a realização das mesmas.

25

26

Ao elaborar as provas e demais atividades, **privilegiar enunciados diretos, claros e objetivos** (sugere-se **evitar sobrecarga de informações** e questões muito extensas, por exemplo).

Se possível, **utilizar recursos visuais nas avaliações** escritas, como gráficos, mapas, esquemas, imagens, diagramas, dentre outros.

27

28

Se a avaliação envolver vídeos, é imprescindível **oferecer legendas e/ou disponibilizar a janela de Libras** (interpretação para a língua de sinais)

Ao avaliar, importante levar em consideração o tipo de deficiência do estudante: se é estudante surdo e trata-se de uma atividade prática, prova oral ou seminário, por exemplo, possibilite adaptações para garantir as condições necessárias para o discente demonstrar seus conhecimentos (exemplos: apresentações em Libras, tendo intérprete para mediar a comunicação; sugerir/aceitar produção escrita, por meio da qual o estudante poderá detalhar/aprofundar possíveis questões relacionadas à sua apresentação; apresentações na língua de sinais gravadas em vídeo com legendas; tradução de texto elaborado pelo estudante sobre o tema do seminário em língua de sinais por tradutores de língua de sinais para o português; dentre outras possibilidades).

29

30

Ao avaliar a produção escrita de estudantes surdos, lembre-se que para muitos a Língua Portuguesa é sua segunda língua, sendo Libras a primeira; portanto, importante ter sensibilidade ao corrigir seus textos, pois a mensagem escrita pode estar ligada à estrutura da língua de sinais que difere das regras gramaticais da língua portuguesa. Por isso, como sinaliza o Decreto nº 5.626/2005, é indispensável “adotar mecanismos de avaliação coerentes”, respeitando as singularidades presentes na escrita de pessoas surdas.

LEMBRE-SE:

Adaptar as avaliações para estudantes com deficiência não significa “deixar as provas mais fáceis” ou “cobrar menos”: o objetivo é fornecer as condições justas e adequadas – respeitando suas necessidades específicas – para que possam demonstrar seu aprendizado. Portanto, os ajustes necessários, seja em relação ao ensino e à avaliação, **não podem diminuir a qualidade e exigência das aulas e avaliações, mas torná-las mais acessíveis e inclusivas**, para que todos aprendam e consigam expressar seus conhecimentos.

Outras orientações importantes para os professores:

31

Antes do início efetivo das aulas em cada semestre, sugere-se que os professores **busquem se informar sobre estudantes com deficiência matriculados em seus componentes curriculares**, pois conhecer as especificidades da turma possibilita (re)pensar o planejamento das aulas antecipadamente, visando a busca por recursos e alternativas que promovam a inclusão e aprendizagem de todos.

32

Escute o estudante com deficiência, conheça suas dificuldades/potencialidades e pense com ele possíveis soluções para os obstáculos que possam interferir no processo de ensino-aprendizagem.

Importante que professor e tradutor/intérprete de Libras trabalhem em parceria, trocando informações e buscando, por exemplo, adaptações didático-pedagógicas, ou outras ações, quando necessárias, que favoreçam o estudante surdo ou com deficiência auditiva.

33

34

Importante que os professores busquem, quando necessário, os espaços institucionais da UFOB, como o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), por exemplo, que pode oferecer apoio e orientações voltadas aos processos de inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação.

Busque criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, empático e acolhedor, onde os estudantes com deficiência se sintam respeitados e valorizados por todos.

35

ATENÇÃO, COLEGAS DE TURMA!

36

Nas discussões e apresentações de trabalho, como seminários, por exemplo, sempre que possível **falem direcionados ao estudante surdo ou com deficiência auditiva, ficando sempre de frente** e evitando falar de costas ou de lado, para facilitar a leitura orofacial.

Nas rodas de conversa, trabalhos em grupos e discussões em geral, seja em sala de aula ou noutros espaços da universidade, atentem-se para a importância de **cada pessoa falar de uma vez** (várias pessoas falando simultaneamente dificulta a leitura orofacial e a interpretação para a Libras).

37

LEMBRE-SE: é tarefa de todos nós

defendermos e promovermos espaços

acadêmicos inclusivos e acolhedores, para que todos os estudantes, professores, técnico-administrativos em educação e demais sujeitos, com ou sem deficiência, se sintam respeitados e valorizados em suas singularidades e na diversidade.

Dispositivos legais consultados (e para saber mais)

- Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o Art. 18 da Lei nº 10.098/2000.
- Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Libras (redação dada pela Lei nº 14.704/2023).
- Lei nº 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Vídeos consultados (e para saber mais)

- Acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior: refletindo sobre a realidade da UFOB. In: Canal Eventos UFOB. Disponível em: https://www.youtube.com/live/GB6Vp_5d4i8?si=S5PcL-FjeAygjuc8
- Estudantes surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior: estratégias pedagógicas. In: Canal Eventos UFOB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ISBRzSSJ6ec>

Artigos, livros e outros materiais consultados (e para saber mais)

- ALPENDRE, Elizabeth Vidolin. *Concepções sobre surdez e linguagem e o aprendizado da leitura*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.
- BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. *Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p.147-172, 2010.
- BRASIL, Joelaini Martins dos Reis; CÁ, Taise Gomes dos Santos; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. *Estratégias de ensino e aprendizagem para surdos no ensino superior*. Escritas do Tempo, Marabá, v. 3, n. 8, p. 263-282, 2021.
- DELANHESE, Bruna Gomes; STORTO, Letícia Jovelina. *Educação de surdos no ensino superior na perspectiva inclusiva*. Educação, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 1-28, 2024.
- GIROTO, Claudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; BERBERIAN, Ana Paula (Orgs.). *Surdez e educação inclusiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- HAMMUD, Francismara Janaina Carneiro. *Caminhos para inclusão escolar de estudantes surdos*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva). Curitiba: Universidade Estadual do Paraná, 2023.
- MOREIRA, Paula Pfeifer. *7 coisas que você não sabe sobre a língua de sinais*. Crônicas da Surdez [online], 2024. Disponível em: <http://surl.li/lciwuo>. Acesso: 25 dez. 2024.
- REDONDO, Maria Cristina da Fonseca; CARVALHO, Josefina Martins. *Deficiência auditiva*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2000.
- ROCHA, Renata. *Texto do surdo: produção escrita de um usuário de Libras*. SignumWeb [online], 2018. Disponível em: <http://surl.li/chbqdr>. Acesso: 25 dez. 2024.
- SILVA, Ana Paula Silva da; BREITENBACH, Fabiane Vanessa. *Estudantes com deficiência auditiva na educação superior: como favorecer a comunicação e a aprendizagem?* Santa Maria: CAEDUFSM, 2022.



Sobre os autores



Silvano Messias dos Santos:

pedagogo (UNEB) e licenciando em Educação Inclusiva (UNEB); especialista em Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica (UNEB) e em Direitos Humanos e Contemporaneidade (UFBA); Mestrado em Ciências Ambientais (UFOB); Doutorado em Educação (UnB); Técnico em Assuntos Educacionais na UFOB – atualmente gestor do Núcleo de Orientação Sociopsicopedagógica (NOS/PROAE).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0742322545374569>



Sônia Marta de Oliveira:

pedagoga (PUC Minas); especialista em Educação Infantil (CEPEMG); Mestrado e Doutorado em Educação (PUC Minas); professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte; Tradutora e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Português.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6969901975979031>

